

Carga Tributária Brasileira: um estudo de percepção comparativo

BRAZILIAN TAX CHARGE: A COMPARATIVE PERCEPTION STUDY

Ronaldo dos Santos Alves Rodrigues

rodrigues.phd@hotmail.com

Universidade Federal do Paraná

Luciano Bendlin

bendlin@unc.br

Universidade do Contestado

Michel Teixeira Pereira

michel.teixeira_@hotmail.com

Universidade Federal do Paraná

Carlos Otávio Senff

senff@unc.br

Universidade do Contestado

1 1 Contextus
ISSN 1807-5908
Avaliação: Double Blind Review
Submissão em 04/07/2019.
Aceito em 30/09/2019.

Resumo: Os tributos possuem impacto direto tanto nas atividades econômicas de uma empresa, quanto no dia a dia do indivíduo. Torna-se necessário o conhecimento da carga tributária brasileira (CTB) para o exercício da profissão com maior eficácia e eficiência, de modo que a inobservância das normas legais e seus reflexos podem conduzi-lo a um fracasso profissional. A pesquisa foi realizada com objetivo de verificar se a percepção dos acadêmicos ingressantes de ciências sociais aplicadas de uma instituição privada em relação a carga tributaria brasileira difere dos concluintes. Por meio da aplicação um questionário aos alunos das fases iniciantes e concluintes dos cursos de Contabilidade, Direito e Administração, obteve-se uma amostra de 213 alunos, destes 120 (56%) iniciantes e 93 (44%) concluintes. Para análise dos dados, foi aplicado teste *Mann-Whitney* para verificar a diferença entre as médias das respostas. Foi possível verificar que condição de concluinte não interferiu significativamente maiores conhecimentos específicos sobre a carga tributária brasileira em maioria das questões especifica apresentadas. Demonstrou-se haver uma lacuna no conhecimento acerca da carga tributária, o que representa um conhecimento inferior aquele esperado para os alunos próximo de concluir sua formação. Sobre a opinião observou-se que os concluintes possuem uma visão mais negativa em relação aos ingressantes. Doravante, cabe ainda um melhor aprofundamento no assunto e aperfeiçoamento dessa reflexão.

Palavras chaves: Carga Tributária, Ciências Sociais Aplicadas, Tributos.

Abstract: Taxes have a direct impact on the economic activities of a company, as well as on the individual's day-to-day activities. It is necessary to know the Brazilian tax burden (CTB) for the exercise of the profession with greater effectiveness and efficiency, so that failure to comply with legal norms and its reflexes can lead to a professional failure. The research was carried out with the objective of verifying if the perception of the students of applied social sciences of a private institution in relation to the Brazilian tax burden differs from those who concluded. By means of the application of a questionnaire to the students of the beginning and finishing phases of the courses of Accounting, Law and Administration, a sample of 213 students was obtained, of these 120 (56%) beginners and 93 (44%). For the data analysis, Mann-Whitney test was applied to verify the difference between the mean responses. It was possible to verify that the conclusive condition did not significantly interfere with the specific knowledge about the Brazilian tax burden in most of the specific questions presented. Demonstrating that there is a gap in knowledge about the tax burden, which represents a lower knowledge than expected for the students close to completing their training. On the opinion it was observed that the graduates have a more negative view regarding the participants. From now on, there is still room for a better study of the subject and improvement of this reflection.

Keywords: Tax Burden, Applied Social Sciences, Taxes.

1. INTRODUÇÃO

O sistema tributário no Brasil não é uma tarefa fácil para se compreender devido ao montante de normas em vigor. É um grande desafio para as empresas, vencer o alto custo tributário e para os consumidores arcarem para o desembolso desse valor. Segundo Pitta, Méxas e Pereira (2018) no Brasil, o Sistema Tributário conta com mais de 3.500 normas em vigor. Dados do Tribunal de Contas (2009) apontam que entre 1995 e 2007, a carga tributária brasileira (CTB) cresceu 20,57%. Segundo a Receita Federal (RF, 2017) no ano de 2016, a carga tributária nacional atingiu 32,38% do PIB.

Esse tributos (impostos, taxas e contribuições) representam a parcela responsável para a manutenção da maquina publica e possuem impacto direto tanto nas atividades econômicas de uma empresa, quanto no dia a dia do indivíduo. Não obstante, os tributos andam lado a lado com as empresas de modo que o administrador deve ter conhecimento dos reflexos que a CTBA possui nas atividades de sua empresa. A matéria tributária devido o seu caráter interdisciplinar é objeto de estudo de diversas áreas (IUDÍCIBUS, POHLMANN, 2008). Para a contabilidade e direito, as inúmeras normas que regulamentam as operações estão em constante mudança fato esse que justifica a constante atualização desses profissionais. Nesse entendimento, o conhecimento acerca da matéria tributária constitui um diferencial competitivo para o profissional (BARBOSA, RÊGO, 2014).

Assim, a formação profissional precisa considerar os diversos espaços de atuação e os diversos modelos empresariais para gerar informações e conhecimentos uteis para a tomada de decisão (KRUGER *et al*, 2013). Conhecer acerca do sistema tributário é fundamental para o exercício profissional com maior eficácia e eficiência, de modo que a inobservância das normas legais e seus reflexos podem conduzi-lo a um fracasso profissional. Nesse sentido, estudos anteriores verificaram percepções dos estudantes acerca do tema tributário, (Nazario, Mendes e Aquino, 2008; CURCINO, ÁVILA e MALAQUIAS, 2013; BARBOSA e REGO, 2014; SILVA, NUNES e SANTANA, 2016; LIMA, 2016; BARBOSA MALAQUIAS E ÁVILA, 2018). Os achados desses trabalhos possuem resultados semelhantes ao não verificar percepção diferenciada. Dessa forma, o presente artigo segue essa mesma temática de

pesquisa, no entanto, foram considerados dois pontos principais que difere da condução metodológica dos trabalhos anteriores com o objetivo de encontrar resultados diferenciados.

Nos estudos realizados, a amostra foi homogênea, ou seja, todos os respondentes eram do mesmo curso e as universidades pesquisadas são instituições públicas. Assim, o primeiro ponto trata da instituição pesquisa que foi uma universidade privada. No estudo de Mendes e Aquino (2008) ao verificar o grau de importância que os estudantes do Distrito Federal atribuem aos assuntos tributários, encontraram resultados diferenciados para a amostra. Algumas questões alunos de instituições públicas tiveram maior desempenho, em outras, alunos de instituições privadas. O segundo ponto é para os respondentes, no presente artigo, foram os cursos de Ciências Sociais Aplicadas ofertados na Instituição. Tais cursos possuem em sua grade curricular disciplinas que envolvem assunto tributários que estão relacionados com a atuação profissional futura. Cabe ressaltar que a finalidade dos cursos superiores é a formação de um cidadão autêntico com capacidade intelectual e acadêmica voltada para para atuação profissional e formadora de consciência social (CLAVO, 2008; CRUZ, CORRAR E SLOMSKI, 2008; KRUGER et al, 2013).

Sendo assim, verificar a percepção dos discentes de uma instituição privada de cursos que possuem tema tributário em sua grade curricular pode trazer resultados diferenciados daqueles já evidenciados nas pesquisas supra citadas. Sabendo que os tributos incidem sobre toda mercadoria e/ou serviços consumido e o tema está ligado com o exercício profissional, verifica-se a relevância do tema e de igual modo surge o problema “A percepção dos acadêmicos concluintes de Ciências Sociais Aplicadas de uma Instituição privada referente à carga tributária brasileira difere dos ingressantes?”.

Objetivo geral desta pesquisa é verificar se a percepção dos Acadêmicos concluintes de Ciências Sociais Aplicadas de uma instituição privada em relação a carga tributária brasileira difere dos ingressantes. O artigo está estruturado com a presente introdução, em seguida no item 2 é apresentado o referencial teórico com os temas que fundamentam a pesquisa, no item 3 os procedimentos metodológicos e por fim as considerações finais.

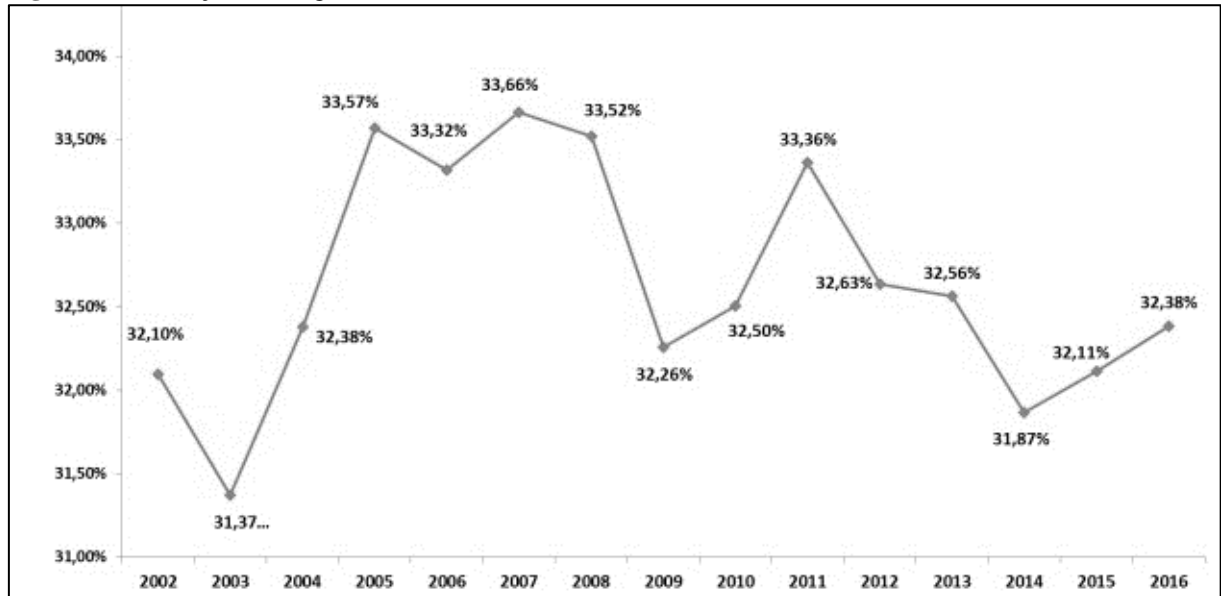
2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CARGA TRIBUTÁRIA

A carga tributária é a parcela de recursos que o Estado retira dos indivíduos e empresas para financiar suas ações, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU, 2009). No Brasil, o Sistema Tributário é complexo e conta com mais de 3.500 normas em vigor (PITTA, MÉXAS, PEREIRA, 2018). Em 2007 o Brasil ocupava o 14º lugar à frente de todos os países em desenvolvimento e acima de pises desenvolvidos e entre os países do BRIC essa diferença foi superior a 10 pontos percentuais. (TCU, 2009). Em 2015 o país passou a ocupar o 23º lugar com a carga tributária de 32,11% (RF, 2017). Cabe ressaltar, aque as comparações entre países deve ser feito com cautela, pois existem tributos que podem não existir em outros países (RF, 2017). A título de exemplo, o Brasil é país que menos tributa a renda, lucros e ganhos de capital com 5,9%, enquanto que a Dinamarca possui 29,2% de tributação.

A carga tributária brasileira (CTB) é semelhante à arrecadadas em países como Suíça, Canadá e Austrália, cujo PIB per capita é bastante superior ao do Brasil (TCU, 2009). Entre 1995 e 2007, a CTB cresceu 20,57%, elevação observada também na América Latina e nos países do BRIC (TCU, 2009). Cabe aqui ressaltar que os impostos, assim como nos países emergentes pesquisados, “os tributos sobre o consumo impactam mais na formação da carga tributária bruta do que os tributos sobre a renda” (TCU, 2009). O parecer de contas do tribunal (2009) ainda descreve que os tributos sobre o consumo são responsáveis por 45,8% da CTB, enquanto aqueles incidentes sobre a renda representam 24,6%, enquanto na maioria dos países desenvolvidos ocorre o inverso. No ano de 2016, a carga tributária nacional apresentou um aumento, em relação a 2015, atingindo 32,38% do PIB, porém, uma redução comparando com 2007, segundo dados da Receita Federal (RF, 2017).

Figura 01 –Evolução da Carga Tributária no Brasil – 2002 a 2016 (%PIB)



Fonte: Receita Federal (2017).

A indústria de transformações é o setor que mais sofre tributação na economia brasileira, sendo o setor responsável por 30,3% da arrecadação em 2014 e por apenas 10,9% do PIB, segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP, 2015). Merece destaque a falta de transparência com a sobreposição de impostos e a complexa burocracia tributária, que na indústria de transformação custou o equivalente a 1,16% do faturamento do setor no ano (FIESP, 2015).

No primeiro mandato da Presidente Dilma a Carga tributária se elevou 1,66% contra 1,41% dos 8 anos do mandato do Presidente Lula e os 3,75% dos dois anos do governo FHC, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT, 2015). “Mas nos últimos 4 anos, a maior variação se deve ao crescimento dos tributos estaduais, que tiveram variação de 1,03 ponto percentual. Os tributos federais tiveram aumento de 0,38 ponto percentual e os municipais 0,24 ponto percentual” (IBPT 2015).

Apesar da CTB em 2014 representar mais de 30% sobre o PIB (IBPT,2015) o sistema é regressivo, ou seja, que tem menor renda paga mais tributos em relação aos que possuem maior renda Segundo a FIESP (2015) as famílias que ganham até 2 salários mínimos consomem cerca de 46% da renda em tributos, do outro lado, aquelas que recebem acima de 25 salários mínimos consomem 18%. É evidente que o trato do tema sem um básico preparo

teórico do assunto, precede conclusões equivocadas. Quando desenvolvidas podem criar uma “aversão” ao sistema sem ao mesmo conhece-lo.

2.1.1 Tributos e Suas Classificações

Os tributos fazem parte de uma das maneiras de arrecadação de um país, sendo suas receitas tributarias, patrimoniais e das operações de créditos. (LEITE, 2000). Para observar o formato das receitas públicas, torna-se necessário a descrição da chamada “*política fiscal*”, pois seus instrumentos terão profunda relação com o os tributos. “Os instrumentos da política fiscal são constituídos pela tributação (T) e pelo dispêndio público (G) [...] o saldo de execução orçamentaria do Setor Público (T-G)” (LEITE, p. 203, 2000). O autor ainda apresenta a importância da tributação e do dispêndio quando confrontadas com as funções do próprio governo, pois, de um lado fornece recursos para a realização da maior parte das atividades governamentais, de outro lado, o dispêndio é principal instrumento de execução das políticas do setor público. Logo, a tributação e o dispêndio são instrumentos de que dispõe o governo para realizar as funções: estabilização econômica, promoção do crescimento econômico, promoção do desenvolvimento econômico, prestação de serviços público (LEITE, 2000). Torna-se essencial uma breve compreensão acerca dos fatores econômicos, de modo a não ser possível avaliar uma política fiscal exclusivamente em termos de execução orçamentaria (T-G), mas sim, avaliada ao lado da observância da eficácia e eficiência do dispêndio público na busca de justiça social e do desenvolvimento econômico equilibrado.

Os tributos podem ser classificados em;

Diretos: Aqueles cujo ônus de pagamento recai sobre o próprio contribuinte. [...] Imposto de Renda
Indiretos: Aqueles cujo ônus de pagamento é transferido pelo contribuinte para terceiros, por meio do aumento do preço da transação sobre o qual incide o imposto [...] IPI, ICMS, ISSS, IOF, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, etc. (LEITE, p. 208, 2000). [Grifos do autor]

O sistema tributário nacional está definido no Título VI, Capítulo I, da Constituição Federal. Essa tributação é representada pelas receitas totais de União, Estados e Municípios;

sendo classificados em impostos, taxas e contribuições. O relatório econômico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018) mediram o tempo necessário para a preparação dos impostos em todo o mundo. O resultados apresentados, mostram que no Brasil é preciso 2.600 horas enquanto nos demais países latino americanos apenas 356 horas e os países da OCDE uma média de 184 (OCDE, 2018).

2.3 FINALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Observando o histórico do ensino superior na América latina é necessária a verificação das inúmeras transformações econômicas, sociais e políticas, que segundo Rodriguez, Martins (2005) houve um aumento considerável de matriculados no nível superior, devido as incorporações de estudantes provenientes das classes medias com intuito de ascensão social. Durantes os anos sessenta e setenta as universidades possuíam um caráter elitista, ou seja, atendiam basicamente os grupos que dispunham de altos recursos econômicos que passou a ser uma educação de massas na década de oitenta (RODRIGUEZ, MARTINS, 2005). Na década de noventa o cenário recebe novos direcionamentos com os financiamentos educacionais, promovido pelo Banco Mundial e também da participação do setor privado de origem empresarial, que assume o controle da oferta, no cenário da educação. Acarretando na ruptura da hegemonia do Estado na oferta e no financiamento da educação (RODRIGUEZ, MARTINS, 2005). Atualmente a educação superior possui um sistema numeroso e complexo de instituições públicas e privadas, possuindo ainda copiosos cursos e programas (NEVES, 2002).

Uma breve observância aos artigos 43º ao 57º na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional observar-se-á o tratamento quanto aos fins do ensino superior. Neves (2002) comenta que os artigos supracitados tem por finalidade;

Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espirito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento o; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; suscitar o desejo de aperfeiçoamento

cultural e profissional; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular, os nacionais e regionais; promover a extensão, dentre outros.

Severino (2009) alerta para os cuidados que a universidade deve possuir quando for traçar suas diretrizes e privilégios. Nessa linha, quando priorizado a pesquisa torna-se necessário um cuidado para não desprestigiar seu papel educativo considerando menor tarefa de ensino. Cabe lembrar o Sêneca dizia que era preciso educar para a vida “aprendemos para a vida, e não para a escola” (CLAVO, 2008). Frente aos pontos de iniciativa interpretativa de finalidade tem-se aqueles que entendem como único papel da universidade “a preparação de técnicos a serviço do mercado de trabalho”, ou seja, fazendo da instituição uma força centrípeta em que fecha o ensino sobre si mesmo como um redemoinho. O autor destaca acerca de finalidade da universidade em que a mesma deve “dedicar-se à formação do cidadão autêntico, pois seu papel mais substantivo vai muito além da formação profissional, do técnico e do especialista”. Logo é como uma “formadora que precisa ser da consciência social que é a única sustentação de um projeto político minimamente equitativo, justo e emancipador”.

Para Cruz, Corrar e Slomski (2008) a finalidade dos cursos superiores é a aprendizagem dos alunos, sendo auxiliado pela aferição do aproveitamento escolar. Kruger (*et al*, 2013) apresenta a relevância que a formação acadêmica qualificada para o profissional contábil, para que seja possível responder às demandas sociais do mercado competitivo. O autor destaca a importância das “habilidades” e “competências” como sendo elementos fundamentais no processo de formação dos acadêmicos, de igual modo faz referência para a necessidade dos cursos de Ciências Contábeis desenvolverem currículos capazes de responder essa demanda. “A formação profissional precisa considerar os diversos espaços de atuação, os diversos modelos empresariais, gerando informações e conhecimentos que contribuirão para a sua inserção nestes espaços” (KRUGER *et al* p. 42, 2013). O mercado exige um profissional com sua formação interdisciplinar, capaz de atuar não somente dentro de sua área de formação mas com habilidade e competências capazes de responder às diversas exigências de sua atuação.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Nazario, Mendes e Aquino (2008) identificaram o grau de importância que o estudante de graduação de Ciências Contábeis do Distrito Federal atribui aos assuntos tributários. Os autores pesquisaram cinco Instituições de Ensino Superior e obtiveram 232 respondentes válidos. Os resultados da pesquisa apontaram que os acadêmicos consideram que o conhecimento tributário oferecido na graduação é insuficiente, o conteúdo programático que abordam o tema tributário não são eficazes. Isso aumentou o nível de insatisfação com o conteúdo aplicado pela universidade. Os autores concluem “que os alunos pesquisados possuem bastante interesse pelo assunto. Contudo, esta área não é a mais importante para seu futuro como contabilista, uma vez que não existe o hábito de leitura da legislação pertinente, observados pelas quantidades de erros apresentados nas questões de conhecimento”.

Curcino, Ávila e Malaquias (2013) analisaram comparativamente a percepção dos alunos ingressantes e concluintes de graduação em relação a carga tributária no Brasil. O estudo foi realizado em uma Universidade Federal Mineira e analisado por meio do teste t de *Student*. “Os resultados sugerem que houve poucas diferenças significativas entre as percepções dos graduandos iniciantes e concluintes em relação à carga tributária no Brasil e que, portanto, a condição de concluinte não conferiu aos discentes maiores conhecimentos do que aos iniciantes”. Os autores evidenciaram também, que os concluintes possuem uma visão mais pessimista em relação ao sistema tributário nacional do que os iniciantes.

Barbosa e Rêgo (2014) analisaram a percepção dos discentes do curso de graduação de Ciências Contábeis da Universidade Federal Rural do Semiárido em relação a carga tributária nacional. Os autores levantaram os dados de 66 estudantes e verificaram que os discentes têm dificuldades quanto a compreensão dos tributos. Essa dificuldade, pode estar relacionada há problemas no processo formativo. Os alunos demonstraram dificuldade quanto a complexidade e dinamicidade do sistema tributário nacional e demonstraram ter conhecimentos superficiais sobre a área tributária.

Silva, Nunes e Santana (2016) compararam a percepção dos alunos ingressantes e concluintes do curso de Ciências Contábeis em relação a carga tributária nacional em três Instituições de Ensino Superior no Distrito Federal. Os autores utilizaram teste Qui-quadrado

para verificar a significância estatística das respostas. O estudo apresentou poucas diferenças entre duas instituições e uma apresentou diferenças significativas na maioria das respostas. Os dados evidenciaram que as duas instituições que apresentaram poucas diferenças entre as respostas, possuem alunos numa faixa etária mais elevada e que trabalham desde o início do curso.

Lima (2016) procurou identificar qual a percepção dos estudantes do curso de Ciências Contábeis e de especialização em Planejamento Tributário da Universidade Federal de Goiás quanto aos conteúdos tributários. Os achados evidenciaram os alunos acreditam que os conteúdos tributários são fornecidos de forma insuficiente na Universidade. A autora descreve também que o “conteúdo programático e as matérias que abordam o tema tributário não são tão eficazes para garantir-lhes uma vaga no mercado de trabalho, aumentando assim a necessidade de maior aprofundamento da disciplina conforme conteúdo aplicado pela Universidade”.

Barbosa, Malaquias e Ávila (2018) compararam a percepção de alunos ingressantes e concluintes do curso de Ciências Contábeis em relação a carga tributária no Brasil em uma universidade federal localizada no interior do estado de Minas Gerais. Por meio do teste de diferença de média *Mann-Whitney* os autores verificaram diferenças somente em questões que tratavam sobre arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e sobre a composição da carga tributária. Assim, os autores concluem que os alunos apresentam lacunas em seu conhecimento sobre questões tributárias no Brasil.

3. METODOLOGIA

A abordagem metodológica adotado no presente estudo é empírica, na medida em que objetiva-se descrever os fatos baseados em observações. Tal abordagem, parte do plano observacional dos fatos, que, por meio de indução parte para cuidadosas generalizações (MARTINS, THEÓFILO, 2007). Aliado à essa abordagem, a mensuração quantitativa é utilizada como critério de cientificidade. Como suporte instrumental para mensuração quantitativa, foi utilizado o software *Statistic Package for Social Sciencies* (SPSS 18.0).

Para coleta dos dados, utilizou-se como técnica o questionário. Para Martins e Theóphilo (2007) essa técnica é um importante instrumento de coleta de dados para uma pesquisa social. Os dados são corte transversal e foram coletados no segundo semestre de 2017.

O instrumento utilizado está estruturado em três partes, sendo que a parte inicial buscou-se os fatores sociais, em que objetiva identificar o perfil do respondente, por meio de aspectos como a Idade, Gênero, Estado civil, renda, escolaridade, emprego. A segunda parte evidenciará os conhecimentos específicos e na terceira parte a opinião dos respondentes, com base em Curcino, Ávila e Malaquias (2013). No terceiro bloco, será tratado acerca da percepção dos acadêmicos, utilizando instrumento com base nos autores supracitados

Quadro 01 – Dimensões abordadas no questionário

1º Bloco Perfil do respondente	Curso	Faixa Etária	Gênero	Estado Civil
2º Bloco Conhecimentos específicos	Objetivos e destinação dos tributos			
	Regras sobre I PI, ICMS, PIS, Cofins, IR			
	Composição da carga tributária			
3º Bloco Opinião do respondente	Carga tributária no Brasil			
	Sonegação de tributos no Brasil			
	Aplicação dos tributos arrecadados			

Fonte: Curcino, Ávila, Malaquias (2013).

As dimensões do questionário, visam medir a percepção dos alunos em relação a carga tributária no Brasil, no 2º bloco são questões específicas e no 3º questões subjetivas, segundo os autores. Para os dois últimos blocos, as questões foram formuladas em escala *Likert* com cinco pontos, sendo 0 – discordo totalmente e 5 – concordo totalmente.

A amostra estudada foram os alunos ingressantes e concluintes dos cursos de ciências contábeis, administração e direito da Universidade do Contestado - uma instituição de ensino superior privada localizada no Planalto Norte Catarinense. A escolha desses cursos, foi devido aos três fazerem parte da grande área de Ciências Sociais Aplicadas (Capes, 2014) e serem ofertados na instituição de ensino superior estudada e também por possuírem em sua grade curricular disciplinas que abordam aspectos tributários. Para a escolha da instituição foi por critério de acessibilidade. O total de respondentes foram 230 alunos, sendo 135 iniciantes e 95 concluintes.

Para alcançar o objetivo do trabalho partiu das seguintes hipóteses:

H0: Não Existe diferença significativa entre as respostas dos alunos iniciantes e concluintes

H1: Existe diferença significativa entre as respostas dos alunos iniciantes e concluintes

Considerando que os grupos são diferentes, ou seja, os iniciantes não fazem parte do mesmo grupo dos concluintes. O grupo seria o mesmo, caso o estudo verificasse uma evolução temporal, ou seja, um antes-depois (STEVENSON, 2001). Dessa forma, para testar as hipóteses acima enunciadas, foi utilizado o test t para amostras indeendetes. Tal teste verifica se as médias de duas amostras indeendetes são diferentes (STEVENSON, 2001; FIEDL, 2009). No estudo, foi adotado um nível de significância de 5%, assim, se o p-valor < 0,05 então refejeita-se H0 e aceita H1. Caso p-valor > 0,05 então rejeita H1 e aceita H0.

4. ANALISE DOS RESULTADOS

Nesse item são apresentados os resultados e suas respectivas análises. O tópico inicia-se com a descrição da amostra e a estatística descritiva. Em seguida, é apresentado os resultados para o 2º bloco do questionário. Por fim, no item 4.3 os resultados para o 3º bloco do questionário.

4.1 PERFIL DA AMOSTRA

Inicialmente, foram coletados dados de 230 alunos. Entretanto, alguns questionários estavam incompletos e foram excluídos. Assim, a amostra final foi composta de 213 alunos, destes 120 (56%) iniciantes e 93 (44%) concluintes, conforme tabela abaixo.

A maioria dos estudantes inciantes são do gênero feminino e a maioria do estudantes concluintes são do gênero masculino. Quanto a faixa etária, os iniciantes possuem em sua maioria entre 19 e 21 anos e os concluintes entre 22 e 25 anos. O estado civil dos iniciantes, na maioria, são solteiros e os concluintes, na maioria são casados.

Tabela 01 – Perfil dos respondentes

		Iniciantes		Concluintes		Total
		Qtd	%	Qtd	%	
Gênero	Feminino	68	0,64	38	0,36	106
	Masculino	52	0,49	55	0,51	107
Faixa etária	Entre 16 e 18	18	1,00	0	-	18
	Entre 19 e 21	70	0,80	18	0,20	88
	Entre 22 e 25	18	0,26	51	0,74	69
	Entre 26 e 30	8	0,40	12	0,60	20
	Mais de 31	6	0,33	12	0,67	18
Estado Civil	Solteiro	113	0,67	56	0,33	169
	Casado	7	0,16	37	0,84	44
Total		120	0,56	93	0,44	213

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

É possível verificar o perfil da amostra, considerando os grupos em análise, conforme tabela abaixo. Os percentuais foram calculados conforme o total do grupo contido na tabela acima. Assim, o maior percentual de iniciantes do gênero feminino e feminino está no curso de Direito, com 42% e 21% respectivamente. Os maiores percentuais, para as outras classificações estão concentrados no curso de Direito, devido o curso representar 54% da amostra total.

Tabela 02 – Perfil dos respondentes por curso

		Administração				Contabilidade				Direito			
		Iniciantes		Concluintes		Iniciantes		Concluintes		Iniciantes		Concluintes	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Genero	Feminino	14	0,13	10	0,09	10	0,09	8	0,08	44	0,42	20	0,19
	Masculino	20	0,19	14	0,13	9	0,08	12	0,11	23	0,21	29	0,27
Faixa Etária*	1	3	0,17	0	-	3	0,17	0	-	12	0,67	0	-
	2	19	0,22	3	0,03	11	0,13	6	0,07	40	0,45	9	0,10
	3	7	0,10	16	0,23	4	0,06	12	0,17	7	0,10	23	0,33
	4	4	0,20	3	0,15	1	0,05	1	0,05	3	0,15	8	0,40
	5	1	0,06	2	0,11	0	-	1	0,06	5	0,28	9	0,50
Estado Civil	Solteiro	33	0,20	3	0,02	19	0,11	19	0,11	61	0,36	34	0,20
	Casado	1	0,02	21	0,48	0	-	1	0,02	6	0,14	15	0,34
Total		34	0,16	24	0,11	19	0,09	20	0,09	67	0,31	49	0,23

*Número 1 - entre 16 e 18; número 2 - entre 19 e 21; número 3 - entre 22 e 25; número 4 - entre 26 e 30; número 5 - mais de 31

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

4.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS SOBRE A CARGA TRIBUTÁRIA

Os resultados esperados para as respostas, eram 5 para os concluintes e 1 para os iniciantes. A Tabela 03, apresenta os resultados do teste t do bloco 2. Para o curso de administração, as questões 1,4,5,7, 8,9,10, 11 e 12 tiveram as médias dos concluintes superiores aos ingressantes. Para as demais questões os ingressantes tiveram média superiores aos concluintes. Entretanto, é possível verificar que não houve diferença significativa entre as respostas apresentadas pelos acadêmicos. Como foi adotado um nível de significância de 5%, para o curso de administração e para todas as questões do bloco 2, não foi possível rejeitar H₀. Indicando que as respostas não existe diferença entre as respostas do ingressantes e concluintes para o curso de administração acerca dos conhecimentos específicos da carga tributária.

Os resultados para o curso de direito apontam para as médias de respostas do concluintes superiores ao iniciantes nas questões 1,4,5, 6,7, 9,10,11 e 12. Dessas questões, apenas as questões 9 e 11 foram estatisticamente significativas a 5%. Assim, os alunos concluintes do curso de direito possuem maior conhecimento acerca do ICMS (questão 9) e destinação dos tributos (questão 11) do que os alunos ingressantes. Para essas duas é questões, rejeita-se a H₀ e aceita-se a H₁, indicando diferença entre as respostas. As demais questões não foi possível rejeitar a H₀.

Quanto ao curso de contabilidade, as questões 2,3,5,7,9,10,11 e 12 tiveram as médias das respostas do concluintes superiores aos ingressantes. Entretanto, nenhuma diferença foi significativa. Assim, para todas as questões desse bloco não foi possível rejeitar a H₀. Indicando que não Existe diferença significativa entre as respostas dos alunos iniciantes e concluintes.

Tabela 03 – Resultados para questões do 2º bloco

		Administração				Direito				Contabilidade			
		N	Média	t	Sig	N	Média	t	Sig	N	Média	t	Sig
1	Ingressantes	32	2,50	-1,356	,181	70	3,10	-,696	,488	17	3,29	1,249	,219
	Concluintes	26	2,88			46	3,26			24	2,83		
2	Ingressantes	32	3,38	,612	,543	70	3,31	,990	,324	17	3,18	-,211	,834
	Concluintes	26	3,19			46	3,09			24	3,25		
3	Ingressantes	32	2,78	,683	,497	70	2,70	,190	,850	17	2,41	-,100	,921
	Concluintes	26	2,58			46	2,65			24	2,46		
4	Ingressantes	32	2,84	-,890	,377	70	3,34	-1,076	,284	17	2,76	1,314	,197
	Concluintes	26	3,15			46	3,59			24	2,25		
5	Ingressantes	32	3,41	-,814	,419	70	3,56	-,720	,473	17	3,53	-,718	,477
	Concluintes	26	3,69			46	3,72			24	3,83		
6	Ingressantes	32	3,50	1,706	,094	70	3,01	-1,581	,117	17	3,12	1,244	,221
	Concluintes	26	2,92			46	3,39			24	2,58		
7	Ingressantes	32	3,22	,078	,938	70	3,37	-1,682	,095*	17	2,88	-,562	,577
	Concluintes	26	3,19			46	3,74			24	3,08		
8	Ingressantes	32	3,22	-1,703	,094*	70	2,96	,002	,998	17	3,59	1,115	,272
	Concluintes	26	3,73			46	2,96			24	3,17		
9	Ingressantes	32	3,59	-,861	,393	70	3,49	-3,778	,000***	17	4,06	-,745	,461
	Concluintes	26	3,85			46	4,28			24	4,29		
10	Ingressantes	32	3,28	-,349	,729	70	3,74	-1,423	,158	17	3,76	-,822	,416
	Concluintes	26	3,38			46	4,04			24	4,04		
11	Ingressantes	32	3,19	-1,923	,060*	70	3,84	-2,015	,046**	17	3,47	-,175	,862
	Concluintes	26	3,85			46	4,26			24	3,54		
12	Ingressantes	32	2,53	,553	,583	70	2,50	-,546	,586	17	2,35	-,388	,700
	Concluintes	26	2,31			46	2,65			24	2,54		

1 O objetivo financeiro dos tributos é promover as despesas do poder público;

2 O objetivo econômico dos tributos é promover a regulação do mercado e a circulação da moeda;

3 O objetivo social dos tributos é distribuir as riquezas e rendimentos;

4 Cerca de 40% da folha de pagamento são tributos;

5 O IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) incide sobre produtos industrializados destinados ao mercado interno;

6 A arrecadação do PIS/ PASEP (programa de seguridade social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) visa atualmente ao pagamento do Seguro – Desemprego;

7 A arrecadação da COFINS (contribuição para Financiamento da Seguridade Social) tem como objetivo atual assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;

8 A arrecadação do IR (Imposto de Renda) predominante tem finalidade fiscal, isto é, o imposto é um instrumento que visa essencialmente à arrecadação de receitas para fazer face às despesas das entidades;

9 A arrecadação do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é de competência estadual e possui função fiscal;

10 A carga tributária compreende a arrecadação de impostos, taxas, contribuições sociais e contribuições de melhoria;

11 Os tributos são importantes para a educação, saúde e assistência social;

12 Os impostos não possuem destinação específica.

*** significante a 1%; **significante a 5% *significante a 10%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os achados da pesquisa são contrários aos resultados encontrados por Curcino, Avila e Malaquias (2013); Silva, Nunes e Santana (2016); e Barbosa, Malaquias e Avila (2018) que evidenciaram diferenças significativas em algumas questões acima apresentadas. Entretanto, as evidências dos estudos acima não confirmam a totalidade da diferença da percepção dos alunos concluintes em relação aos ingressantes. Dessa forma, questionamentos acerca do processo de ensino e aprendizagem, conteúdo tributário ofertado, conteúdo programático, satisfação dos devem ser realizados (NAZARIO, MENDES, AQUINO, 2008; CURCINO, AVILA, MALAQUIAS, 2013; BARBOSA, RÊGO, 2014; LIMA, 2016; BARBOSA, MALAQUIAS, ÁVILA, 2018).

4.3 OPINIÕES SOBRE A CARGA TRIBUTÁRIA

O terceiro bloco, tinha como objetivo identificar as opiniões dos acadêmicos. Na tabela 04 é apresentado a média, teste t e seu nível de significância. Para o curso de administração, da questão 1 à 5 as médias de respostas dos concluintes foram superiores aos iniciantes. Dessas, as questões 2,4 e 6 foram estatisticamente significativas, indicando que nesses itens os alunos concluintes possuem uma percepção mais negativa acerca da carga tributária. Dessa forma, para essas questões rejeita H₀ e aceita H₁.

O curso de direito, apresentou significância nas questões 1,2 e 3. Confirmado a diferença estatisticamente significativa das respostas entre os concluintes e o ingressantes. Quanto ao curso de contabilidade, nenhuma questão teve significância nas diferenças entre as respostas.

Tabela 04 – Resultados para questões do 3º bloco

	Administração				Direito				Contabilidade			
	N	Média	t	Sig	N	Média	t	Sig	N	Média	t	Sig
1 Ingressantes	32	3,84	-1,912	,061*	70	4,19	-2,722	,008***	17	4,41	-1,544	,131
Concluintes	26	4,46			46	4,63			24	4,75		
2 Ingressantes	32	2,88	-4,354	,000***	70	3,86	-2,921	,004***	17	3,88	,299	,767
Concluintes	26	4,19			46	4,43			24	3,79		
3 Ingressantes	32	2,56	-1,217	,229	70	2,80	-2,394	,018***	17	2,76	-,155	,878
Concluintes	26	3,04			46	3,43			24	2,83		
4 Ingressantes	32	4,25	-,882	,381	70	4,51	,762	,448	17	4,18	-1,638	,110
Concluintes	26	4,50			46	4,39			23	4,70		
5 Ingressantes	32	3,78	-2,056	,044**	70	4,44	,652	,515	17	4,06	-1,326	,192
Concluintes	26	4,46			46	4,33			24	4,50		
6 Ingressantes	32	3,25	-2,216	,031**	70	4,00	-,831	,408	17	3,65	-1,026	,311
Concluintes	26	4,00			46	4,17			24	4,00		
7 Ingressantes	32	2,25	,243	,809	70	2,27	-,536	,593	17	2,65	,852	,400
Concluintes	26	2,15			46	2,41			23	2,26		

1O Brasil é um dos países que mais arrecadam tributos;

2Os tributos são necessários para a manutenção do país;

3A arrecadação de tributos no Brasil acontece com base na renda da população;

4No Brasil, a carga tributária é abusiva;

5A aplicação de recursos acontece desigualmente no país;

6A sonegação de tributos no Brasil interfere na composição da distribuição da renda;

7A aplicação dos tributos arrecadados é coerente com as necessidades da população.

*** significante a 1%; **significante a 5% *significante a 10%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Os resultados encontrados no presente estudo, vão parcialmente de encontro com os estudos realizados por Curcino, Avila e Malaquinas (2013); Silva, Nunes e Santana (2016). No estudo feito por Curcino, Avila e Malquias (2013) houve diferença nas questões 1 e 5. Resultados semelhantes foram evidenciados por Silva, Nunes e Santana (2016) ao encontrar diferenças na questão 6, 7. Os resultados diferem dos achados de Barbosa, Malquias e Avila (2018), pois no estudo os autores não verificaram diferenças significativas entre as respostas. Essas diferenças de opiniões podem ocorrer devido ao perfil dos respondentes (SILVA, NUNES, SANTANA, 2016), todavia, os questionamentos acerca do processo formativo dos alunos é presente.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo verificar a percepção dos acadêmicos ingressantes de ciências sociais aplicadas de uma instituição privada em relação a carga tributária brasileira difere dos concluintes. Foi possível verificar que condição de concluinte não interferiu significativamente maiores conhecimentos específicos sobre a carga tributária brasileira em maioria das questões específica apresentadas. Demonstrando haver uma lacuna no conhecimento acerca da carga tributária, o que representa um conhecimento inferior aquele esperado para os alunos próximo de concluir sua formação. Infere-se que o conhecimento dos alunos é superficial

Ainda, as questões acerca da opinião evidenciaram que os concluintes possuem uma visão mais negativa em relação aos ingressantes, em algumas questões. Os achado da pesquisa estão parcialmente em consonância com estudos realizados anteriormente (NAZARIO, MENDES, AQUINO, 2008; CURCINO, AVILA, MALAQUIAS, 2013; BARBOSA, RÊGO, 2014; LIMA, 2016; BARBOSA, MALAQUIAS, ÁVILA, 2018) e levantam questionamentos acerca da eficiência do processo de formação acadêmica, conteúdo programático e satisfação dos acadêmicos. Além de componentes curriculares e conteúdos apontados para o mercado, é preciso lidar com processo de formação profissional dos acadêmicos (BARBOSA, MALAQUIAS, ÁVILA, 2018).

Cabe salientar que a presente pesquisa possui algumas limitações, tais como a amostra que não é representativa, as questões podem conter juízo de valor e o estudo foi realizado apenas em uma instituição de ensino superior privada.

Considera-se relevante pesquisas futuras, aprofundamento qualitativo com técnicas de coleta de dados diferenciados buscando verificar causas que estejam relacionadas com a diferença de percepção dos alunos. Outra sugestão é verificar a percepção dos professores que lecionam disciplinas tributárias e as técnicas utilizadas, levantar características institucionais que possam influenciar a satisfação na prática docente. Por fim, pesquisas com profissionais para verificar a percepção que os mesmos possuem acerca da carga tributária e como a prática pode ter influenciado essa percepção.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ismael; DE ÁVILA, Lucimar Antônio Cabral; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. A Percepção De Alunos De Cursos De Graduação Em Ciências Contábeis Sobre A Carga Tributária No Brasil. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 12, n. 1, p. 31-53, 2018.

BARBOSA, Keivillany Fernandes; RÊGO, Thaiseany de Freitas. Percepção Dos Discentes Do Curso De Graduação Em Ciências Contábeis Da Universidade Federal Rural Do Semiárido, Quanto À Carga Tributária Nacional. **Revista Razão Contábil & Finanças**. Fortaleza – CE, v.5,n.1, Jan./Jun. 2014.

CAPES. **Sobre as áreas de avaliação**. Disponível em: <https://capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>. Acesso: Dez. 2018.

CLAVO, Luiz Carreto. **Aristóteles para Executivos**. São Paulo: Globo, 2008.

CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves; CORRAR, Luiz João; SLOMSKI, Valmor. A docência e o desempenho dos alunos dos cursos de graduação em contabilidade no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 4, p. 15-37, 2009.

CURCINO, Geordana Mendonça; AVILA, Lucimar Antônio Cabral de; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. Percepção dos alunos de Ciências Contábeis em relação á carga tributaria no Brasil: Um estudo comparativo entre alunos ingressantes e concluintes. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis - SC, v. 12, n. 34, p.66-79, dez. 2013.

FIESP. **A Carga Tributária no Brasil: Repercussões na Indústria de Transformação**. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Ronaldo/Downloads/a-carga-tributaria-no-brasil-2015.pdf> . Acesso 12 Dez 2018.

IBPT. **Carga tributária brasileira cresce em 2014 apesar da crise**. Disponível em: <https://ibpt.com.br/noticia/2142/Carga-tributaria-brasileira-cresce-em-2014-apesar-da-crise>. Acesso Dez 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio; POHLMANN, Marcelo Coletto. Classificação interdisciplinar da pesquisa tributária. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 1, n. 1, p. 30-47, 2008.

KRUGER, Silvana Dalmuttet *all*. O perfil desejado do egresso dos cursos de Ciências Contábeis das universidades de Santa Catarina. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis - SC, v. 12, n. 34, p.66-79, dez. 2013.

LEITE, José Alfredo Américo. **Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2000. 696 p

LIMA, Giovanna Elisa del Bianco. **Percepção Dos Estudantes Do Curso De Ciências Contábeis E De Especialização Em Planejamento Tributário Da Universidade Federal De Goiás Quanto À Satisfação Dos Conteúdos Tributários Adquiridos**. 2016. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016

NAZÁRIO, Neander da Silva; MENDES, Paulo César de Melo; AQUINO, Ducineli Régis Botelho. Percepção dos discentes quanto à importância do conhecimento em Contabilidade Tributária em instituições de ensino superior do Distrito Federal: um estudo empírico. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 3, p. 64-81, 2008.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: (ORG.), Maria Susana Arrosa Soares. **A Educação Superior no Brasil**. Brasília - Df: Dpe Studio, 2002. p. 42-69.

OCDE. **Relatórios Econômicos OCDE**: Brasil 2018, Éditions OCDE, Paris. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264290716-pt>. Acesso: Ago 2018

PITTA, Bárbara Barreto; MÉXAS, Mirian Picinini; PEREIRA, Gabriella Velloso Castro. O Impacto Da Carga Tributária Brasileira E O Efeito Do Simples Nacional Em Microempresas E Empresas De Pequeno Porte. **Sustainable Business International Journal**, n. 74, 2018.

RECEITA FEDERAL. **Carga Tributária no Brasil**: Análise por Tributos e Bases de Incidência 2017. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-2016.pdf>. Acesso Dez 2017

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; MARTINS, Liliana Gonzaga de Azevedo. As Políticas de Privatização e Interiorização do Ensino Superior: Massificação ou Democratização da Educação Brasileira?. **Revista de Educação**, Londrina - Pr, v. 8, n. 8. 2015

SEVERINO, Antônio Joaquim. Expansão Do Ensino Superior: Contextos, Desafios, Possibilidades. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

SILVA, Elaine Santos da. **Percepção Dos Alunos De Ciências Contábeis Em Relação À Carga Tributária No Brasil**: Um estudo comparativo entre alunos ingressantes e concluintes em instituições de ensino do Distrito Federal. Monografia - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, Elaine Santos da; NUNES, Danielle Montenegro Salamone; SANTANA, Cláudio Moreira. Carga Tributária no Brasil: Percepção de Alunos de Ciências Contábeis no Distrito Federal. **Pensar Contábil**, v. 18, n. 66, 2016.

STEVENSON, Wiliam J. **Estatística aplicada à administração**. 2001.

TCU. **Versão Simplificada das Contas do Governo da República**. 2009. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2009/Textos/Ficha%203%20-%20Carga%20Tributaria.pdf Acesso: Ago 2018

THEÓPHILO, Carlos Renato; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, v. 2, n. 104-119, p. 25, 2009.